

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 844.141 - SP (2016/0011534-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : CATIA REGINA FERREIRA
ADVOGADOS : PAULO CARVALHO CAIUBY E OUTRO(S) - SP097541
ELIANE BARREIRINHAS DA COSTA - SP187389
AGRAVADO : FUNDAÇÃO NESTLÉ DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
ADVOGADOS : JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES E
OUTRO(S) - SP154384
TATIANE HARUMI TAMANAKA - SP266247
PAULA CAMILA OKIISHI DE OLIVEIRA COCUZZA E
OUTRO(S) - SP174357
EDUARDO VITAL CHAVES - SP257874
AGRAVADO : VERA LUCIA SEVERINO BEGNAMI
ADVOGADO : MARCIA HELENA MALVESTITI CONSONI E OUTRO(S) -
SP116504

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Catia Regina Ferreira contra decisão que não admitiu recurso especial interposto contra acórdão proferido pela 5ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, em agravo de instrumento, confirmou decisão que indeferiu levantamento de valores depositados, em cumprimento provisório de sentença, sem prestação de caução idônea.

Mediante a decisão de fls. 531-532, neguei provimento ao agravo por considerar incidente o enunciado da Súmula 7/STJ, circunstância que ensejou a interposição de agravo interno pela agravante (fls. 536-545).

Ocorre, porém, que a agravante levantou os valores pretendidos em decorrência do trânsito em julgado da sentença que determinou que pensão por morte paga por entidade fechada de previdência complementar e destinada à ex-esposa deve ser mantida no mesmo percentual estabelecido para os alimentos fixados na ação de divórcio, sendo destinado o restante do benefício à viúva, motivo pelo qual a execução foi extinta em razão da satisfação da obrigação no dia 19.7.2019, tudo nos termos das informações disponíveis na página eletrônica do TJRJ (processo nº 0008645-17.2011.8.26.0038).

Em face do exposto, torno sem efeito a decisão de fls. 531-532 e declaro prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora